



Senador Inácio Arruda (E) defende o seu parecer para a área de meio ambiente, aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento com mais dois relatórios setoriais

Waldemir Barreto/Senado Federal

CMO reduz lista de obras sob suspeita de 32 para apenas 6

TCU sugeriu algumas das modificações e outras foram retiradas da relação de projetos impedidos de receber verbas do Orçamento da União porque os gestores assumiram o compromisso de corrigir as irregularidades

Das 32 obras com indícios de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União, apenas seis seguem na lista sob suspeita e por isso estão impe-

didadas de receber recursos federais, decidiu ontem a Comissão Mista de Orçamento. A maioria (17) saiu da lista depois de compromissos assumidos pelos gestores de corrigir os

problemas. Também ontem a CMO aprovou mais três dos dez relatórios setoriais para o Orçamento da União de 2010. Os dois últimos serão votados na segunda-feira. **4 e 5**



J. Freitas/Senado Federal

Dirceu Raposo e Demóstenes Torres (D) durante debate na CCJ

Para Anvisa, impor limites à publicidade não é censurar

O controle da publicidade de alimentos não é censura, mas instrumento de proteção ao consumidor, defendeu

Dirceu Raposo, da Anvisa, em audiência na CCJ à qual não compareceram representantes dos produtores. **3**

Revista destaca biênio da transparência 2



Márcio Kolumbe/Senado Federal

Eduardo Azeredo, entre os diplomatas Sérgio Eduardo Moreira Lima (E) e José Marcos Nogueira Viana, preside reunião da CRE

Embaixadores na Hungria e na Dominica

As indicações dos diplomatas José Marcos Nogueira Viana para embaixador na Dominica e Sérgio Eduardo Moreira Lima para embaixador na Hungria

foram aprovadas ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As duas mensagens dependem ainda de votação em Plenário. **7**

Marinha vai participar de missão de paz no Líbano 7

Senador lembra Dia Internacional de Combate à Corrupção 8



Jonas Pereira/Senado Federal

Atletas paraolímpicos ocuparam Salão Negro, no encerramento da 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Estatuto para deficientes deve evoluir

Desembargador sugere criação de comissão de juristas para apresentar proposta de Estatuto para a Pessoa com Deficiência. **6**

Passado patriótico e desafios do futuro, como a proteção às reservas do pré-sal, foram lembrados em discursos durante a sessão no Plenário da Câmara dos Deputados



Senador Acir Gurgacz defendeu aumento de recursos no Orçamento para que a Marinha possa cumprir as suas atribuições

Homenagem à Marinha com defesa de mais recursos

O CONGRESSO NACIONAL realizou sessão solene ontem para celebrar o Dia do Marinheiro, comemorado em 13 de dezembro. Representantes da Marinha lotaram o Plenário da Câmara dos Deputados, entre eles o comandante da Força, almirante-de-esquadra Julio Soares de Moura Neto. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, foi representado pelo almirante-de-esquadra Gilberto Max Roffé Hirschfeld.

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO), um dos congressistas que sugeriu a homenagem, destacou que o passado da Marinha merece ser celebrado com orgulho patriótico. No entanto, ele ponderou que a data era também uma oportunidade para uma "reflexão coletiva acerca das novas contribuições da Força à estratégia da defesa nacional".

Entre os desafios futuros, ele citou o papel a ser desempenhado pela Marinha na proteção das riquezas do pré-sal, reser-

vatórios de petróleo em profundidade abaixo de 7 mil metros da linha do mar, entre Espírito Santo e Santa Catarina.

– O futuro guarda uma importância e uma missão ainda mais grandiosa, referente à necessidade da guarda e da defesa das plataformas de petróleo do pré-sal, a defesa do que hoje a Marinha de Guerra já chama acertadamente de Amazônia azul – afirmou.

Assim como o senador, outros parlamentares defenderam mais recursos para o reaparelhamento das Forças Armadas. O argumento é de que as três Forças precisam estar à altura das exigências político-estratégicas do Brasil. Para a Marinha, uma das prioridades seria o projeto de construção de submarino com propulsor nuclear, destinado a dar ao país plena autonomia nesse campo tecnológico.

– Longe do âmbito dos governos, que são transitórios, a defesa nacional deve ser vista como uma política de Estado –

observou Gurgacz.

As ações sociais da Marinha no apoio às populações distantes e somente acessíveis por via fluvial, como as da Amazônia, foram citadas como uma das importantes contribuições ao país. Muitos oradores enfatizaram ainda como fato positivo o engajamento da força na recente operação de desocupação do tráfico no Complexo do Alemão, conjunto de favelas no Rio de Janeiro.

Libano

Mereceu também registro a participação da Marinha em missões de paz lideradas pela ONU no exterior. Na presidência da sessão, o deputado Marco Maia (PT-RS), 1º secretário da Câmara, aproveitou para informar que a Casa autorizou a Marinha a participar com nove homens da missão de paz da ONU no Líbano. A proposição foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (veja página 7).

Senado inicia implantação de assinatura digital

De forma simples, o presidente do Senado, José Sarney, assinou ontem 54 decretos legislativos em cinco minutos. Ele recebeu o diretor-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, para dar início à primeira parte do processo de emissão do certificado de assinatura digital, que faz parte do projeto Autógrafo Certificado, uma parceria entre a Secretaria-Geral da Mesa do Senado e o Prodasen.

Estiveram presentes no ato de certificação da assinatura digital de Sarney a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, e o diretor do Prodasen, Carlos Magno Santoro. O processo dispensará a coleta de assinaturas convencionais e tornará mais ágil a divulgação dos textos legislativos.

– Poderei dedicar meu tempo a outras questões – disse o presidente do Senado.

Com a implantação da assinatura digital, associada ao certificado digital, o processo legislativo poderá ser realizado todo por meio eletrônico. Hoje, a tramitação se dá por meio de



José Sarney recebe o diretor-presidente do Serpro, Marcos Vinícius Mazoni (D)

um sistema híbrido.

Nesta primeira fase do projeto que integra o programa eProposição, serão contemplados apenas os decretos legislativos de outorga de serviços de radiodifusão, que representam a maior parte dos autógrafos. Posteriormente, a possibilidade de assinar documentos digitalmente será expandida para os demais projetos e disponibiliza para os integrantes da Mesa diretora e os senadores.

Além de agilizar a divulgação das propostas legislativas, a iniciativa diminuirá consideravelmente o uso de papel e

garantirá a segurança e a confiabilidade no processo legislativo. Para assinar digitalmente, é necessário um dispositivo eletrônico chamado token e uma senha pessoal e intransferível.

– Isso tornará o processo legislativo mais sustentável – afirmou Claudia Lyra.

A certificação da assinatura digital faz parte do Plano Tático da Secretaria-Geral da Mesa, elaborado em parceria com o Prodasen. O plano tem como objetivo "promover o uso intensivo e continuamente atualizado das tecnologias da informação".

Revista faz balanço do trabalho e modernização do Senado

Começou a circular ontem a revista 2009/2010 – *Biênio da Transparência e da Cidadania*. A publicação, editada pela equipe do *Jornal do Senado*, é uma prestação de contas à sociedade dos dois últimos anos de atividades legislativas e das mudanças na administração da Casa no período.

As 48 páginas da revista, que também pode ser lida na internet, mostram que, apesar da crise, da Copa do Mundo e das eleições, projetos importantes para o país não deixaram de ser votados. É o caso da Lei da Ficha Limpa, das duas

primeiras leis do petróleo do pré-sal, da política nacional para gestão do lixo e do novo Código de Processo Penal, entre várias outras propostas.

Boa parte da edição é dedicada às medidas de modernização administrativa do Senado: fim dos atos secretos, redução pela metade das funções comissio-

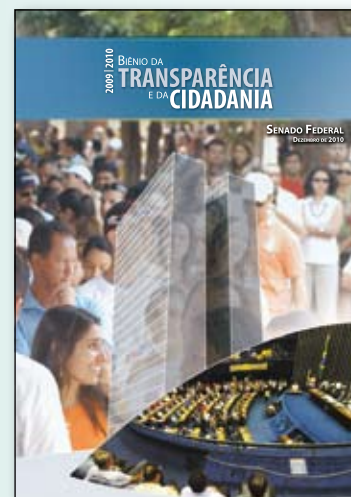
nadas, redução dos contratos, novas regras para licitações, diminuição dos gastos com horas extras, recadastramento dos servidores e renovação do quadro de servidores por meio de concurso público.

As matérias ressaltam também como o Senado reagiu às denúncias. Hoje, por meio

do Portal da Transparência, qualquer pessoa pode acessar, por exemplo, a prestação de contas sobre a verba indenizatória dos senadores, a lista completa dos servidores da instituição, os gastos dos recursos orçamentários e

os contratos de mão de obra terceirizada.

No Plenário, ontem, o senador Mão Santa (PSC-PI) destacou que a Casa venceu um período "tormentoso" e disse que a revista "retrata a superação dessa crise e sintetiza as conquistas do Senado nos dois últimos anos".



Servidores do Senado estão doando cestas básicas para a campanha promovida pela Gráfica

Campanha da Gráfica arrecada alimentos não perecíveis

A Secretaria Especial de Edição e Publicações (Seep), mais conhecida como Gráfica do Senado, está promovendo desde 22 de novembro a campanha "Natal Solidário", que acontece todos os anos.

Até 15 de dezembro, serão recebidas doações de alimentos

não perecíveis a serem encaminhados a entidades filantrópicas como creches, orfanatos, asilos e similares.

As doações podem ser feitas em postos localizados na Gráfica, na Secretaria de Arquivo, no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e no Interlegis.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão apenas para discursos hoje

9h O Plenário realiza hoje sessão não deliberativa, destinada a discursos dos parlamentares. Entre os inscritos, João Durval (PDT-BA).

Prodasen Convênio para uso do LexML

9h O diretor do Prodasen, Carlos Magno Santoro, e o presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda, Carlos Alberto Barreto, assinam, às 10h, convênio para uso do LexML pelo órgão do Executivo.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Dirceu Raposo, da Anvisa, defende limites à publicidade de produtos alimentícios. Representantes dos produtores não participaram do debate

Anvisa: restrição à propaganda não é censura

A ANVISA NÃO cerceou a liberdade de expressão ao editar resolução que restringe a publicidade de produtos alimentícios com alto teor de gordura, açúcar ou sal, entre outras substâncias. A afirmação é do diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Dirceu Raposo de Mello, que participou, ontem, de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A finalidade da propaganda, disse, deve ser a de orientar os brasileiros na escolha dos produtos que consome.

– O controle legal da publicidade não é forma inconstitucional de censura, mas instrumento eficaz para evitar-se o abuso que possa ser cometido em detrimento dos direitos do consumidor – afirmou.

De acordo com Dirceu Raposo, a agência regula com base em preceitos legais, uma vez que, pela Constituição, é dever do Estado cuidar da saúde das pessoas, o que pode ser feito de forma preventiva ou repressiva. A regulação é uma forma de reduzir o risco sanitário antes que surja dano à saúde, explicou.

Cerca de 60% da propaganda na televisão é de produtos alimentícios com alto teor de gordura, açúcar e sal. Já a propaganda de *fast foods* durante programas infantis representa 10% da publicidade da TV aberta e 30% da TV paga. Estudos confirmam ainda a relação do consumo de produtos com a propaganda assistida pelas crianças, sendo que o menor de oito anos não consegue diferenciar o que é propaganda e o que



Edison Lobão (E), Demóstenes Torres, o presidente da Anvisa, Dirceu Raposo, Augusto Botelho e Jayme Campos no início da reunião de ontem na CCJ

é programação, alertou.

– Os pais querem limite na publicidade voltada às crianças. Eles têm dificuldade de explicar aos filhos, no supermercado, que aquela comida não é absolutamente saudável, que ela pode substituir aquilo por outro tipo de alimentação. As crianças veem os seus heróis na TV e querem fazer o mesmo que eles – afirmou.

Futuro

Dirceu Raposo ressaltou ainda que a pirâmide demográfica brasileira está mudando e que, em 2040, o Brasil terá mais

peças idosas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008 a metade da população adulta brasileira estava acima do peso recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O problema também é verificado em uma de cada três crianças de cinco a nove anos e em um de cada cinco adolescentes. Nas últimas décadas, aumentou também a parcela da população com problemas cardiovasculares e diabetes, doenças cujo tratamento representa 70% dos recursos da área da saúde, continuou o diretor.

– Estimular esse tipo de consumo significa aumentar o número de obesos, diabéticos e hipertensos no país e, portanto, multiplicar os custos de saúde pelos quais a própria sociedade paga. Serão desenvolvidas doenças absolutamente evitáveis. Basta informar o cidadão para que ele escolha consumir ou não aquele determinado produto – defendeu o presidente da Anvisa, segundo o qual a agência é pressionada pela indústria de alimentos para não regulamentar. Ao mesmo tempo, a sociedade apoia a regulamentação.

Senadores criticam ausentes ao debate

A CCJ também convidou para o debate de ontem os presidentes da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), Edmundo Klotz; da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso), Rosana Radominski; e do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), Gilberto Leifert, que não compareceram.

– Aparentemente fugiram do debate com o Dr. Dirceu. Nós fizemos a nossa parte: abrimos espaço para o debate – disse o presidente da CCJ, senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou a ausência dos demais convidados porque, para ele, “só foi ouvido um lado”. Em sua opinião, o governo não tem investido o que deveria em saúde preventiva, como as campanhas de estímulo à alimentação saudável e à prática de exercícios físicos, por exemplo.

Ele cobrou mais investimento no cuidado à saúde básica para reduzir atendimentos de urgência, já que maus hábitos de saúde “matam silenciosamente”.

Para Augusto Botelho (PT-RR), que é médico e autor da PEC, a falta de regulação das propagandas de produtos prejudiciais à saúde onera o Estado, que terá de tratar as doenças geradas por esse consumo.

– A ausência das pessoas aqui demonstra que elas não têm argumento para defender – disse Botelho.

As ausências também foram criticadas por Adelmir Santana (DEM-DF) e Jayme Campos (DEM-MT).

“Dilma está loteando cargos”, diz Heráclito

Na atual etapa de escolha dos nomes que irão compor o ministério da presidente eleita, Dilma Rousseff, está ocorrendo, na opinião de Heráclito Fortes (DEM-PI), um “loteamento de cargos”. O senador foi enfático ao rechaçar a possível nomeação de Alexandre Padilha, atual ministro das Relações Institucionais, para a pasta da Saúde.

Heráclito acusa Padilha de, na atual função, “ter-se habituado a distribuir cargos e funções em troca do atendimento de interesses políticos”.

– Acho que a ministra Dilma dará o passo mais errado em sua carreira, ainda não iniciada, como presidente da República, se promover essa escolha aceitando pressões de natureza política – avaliou.

O senador disse que, durante a campanha eleitoral de outubro, Padilha esteve no Piauí e teria oferecido R\$ 105 milhões, recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para que o atual prefeito de Teresina, Elmano Férrer (PTB), apoiasse a reeleição do governador Wilson Martins, do PSB.



Heráclito critica possível nomeação de Padilha para o Ministério da Saúde

– Padilha, ao ocupar o Ministério da Saúde, vai transformar uma área que é prioritária para o Brasil num verdadeiro banco de trocas – declarou.

Heráclito também criticou o mau uso de recursos públicos por meio de emendas de parlamentares que dão apoio ao governo.

– O Ministério da Cultura, pelo qual não havia nenhuma corrida para a ocupação, agora está sendo disputado porque, por ele, você pode financiar *shows*, carnavais fora de época e outras coisas mais. O mesmo ocorrendo com o Ministério do Turismo. As denúncias de mau uso de recursos nesse ministério têm sido gritantes no Brasil inteiro.

Jefferson Praia pede investimento maior em educação

A melhora de desempenho do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Alunos de 2009 (Pisa) foi comemorada por Jefferson Praia (PDT-AM). O Pisa é realizado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) a cada três anos.

De acordo com o senador, a avaliação mostrou que a média brasileira aumentou 33 pontos desde 2000. Jefferson Praia informou que o Pisa 2009 contou com a participação dos 34 países integrantes da OCDE e mais 31 convidados, entre eles o Brasil. O programa avalia a proficiência de alunos de 15 anos de idade nas áreas de matemática, ciências e leitura de textos. Em 2009, 20 mil alunos brasileiros de todos os estados participaram do evento.

– Os dados produzidos pelo Pisa constituem-se em indicadores comparativos de sucesso educacional ao redor do mundo e, sobretudo, em um precioso insumo para a reorientação e o fortalecimento das políticas públicas na área em cada país.

Em 2009, a primeira colocada



Para o senador, Brasil deve ter como meta investir 7% do PIB na área

foi a China. O Brasil ficou em 53º lugar. Entre os países cujas notas mais cresceram desde 2000, o Brasil foi o terceiro.

Entretanto, acrescentou o senador, mais da metade dos brasileiros tirou nota 1, a mais baixa, nas três disciplinas. Nenhum aluno do país conseguiu a nota mais alta, 6, em ciências, e apenas 0,1% deles alcançou 6 em matemática e leitura. Jefferson Praia lamentou que o Amazonas tenha ficado em “um triste 24º lugar” no ranking nacional de estados.

– Hoje, o Brasil investe em educação apenas 5% do produto interno bruto. Devemos caminhar no sentido de alcançar 7% do PIB o mais breve possível – concluiu o parlamentar.

Comissão corre contra o relógio para encerrar, no início da semana que vem, a fase de apreciação por setores da proposta orçamentária de 2011

Waldemir Borraço/Senado Federal



Senador Inácio Arruda (E), relator de meio ambiente, e o deputado Waldemir Moka, presidente da CMO: meta é votar o Orçamento até o próximo dia 22

CMO vota mais três relatórios e encerra série na segunda-feira

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem mais três relatórios setoriais do Orçamento de 2011: agricultura, desenvolvimento agrário e pesca; integração nacional e meio ambiente; educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte. Os dois últimos (infraestrutura e turismo) serão votados em reunião marcada para as 18h da segunda-feira.

Também deverá ser votado o relatório sobre a reestimativa da receita orçamentária para o próximo ano, a cargo do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), em razão do corte de R\$ 12 bilhões nos recursos anunciado nesta semana pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Depois de aprovados, os dez relatórios setoriais passarão a constituir o relatório-final do Orçamento, que precisa ser votado até o próximo dia 22, para que tenha início o recesso legislativo.

Para a área composta pelos ministérios da Educação, da Ciência e

Tecnologia, da Cultura e do Esporte, a CMO aprovou um total de R\$ 72,8 bilhões, equivalentes a 7,1% da receita corrente estimada.

Esporte reforçado

Dois dos maiores programas na área de educação serão os de distribuição de livros didáticos, transporte e merenda escolar (R\$ 6,6 bilhões) e repasse aos estados e municípios da complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (R\$ 8,7 bilhões).

O Ministério da Cultura prevê R\$ 1,6 bilhão para 2011, que representa 20% de crescimento em relação a 2010 e de 35% se comparado a 2009. O relatório setorial destina R\$ 7,3 bilhões ao Ministério da Ciência e Tecnologia, um acréscimo de 9% em relação a 2010, prevendo a concessão de 72.783 bolsas de estudo e pesquisa, entre outras iniciativas.

No orçamento de R\$ 1,3 bilhão do esporte em 2011, ganharão relevância os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 (R\$ 132 milhões) e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (R\$ 605,6 milhões). O valor total representa pouco mais do triplo do total do exercício anterior.

Para desenvolver seus programas no próximo ano, os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca terão no Orçamento da União R\$ 13,6 bilhões. O valor é R\$ 833 milhões superior ao montante previsto na proposta do Executivo, de R\$ 12,8 bilhões.

Para o Ministério da Integração Nacional, a CMO aprovou R\$ 4,2 bilhões, e os investimentos priorizam os programas voltados ao fornecimento e à utilização de água, melhoria na infraestrutura hídrica e revitalização de bacias hidrográficas, entre outras. Finalmente, o Ministério do Meio Ambiente foi contemplado com R\$ 2,9 bilhões para o ano que vem.

Germão Mangalva/Senado Federal



Senador Jayme Campos (C) discursando, ao lado do deputado Gilmar Machado (D), vice-líder do governo

Congresso aprova alterações ao PPA 2008-2011

O Congresso Nacional aprovou ontem alterações ao Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, na forma de substitutivo ao Projeto de Lei do Congresso 38/10, para a inclusão de novas obras na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no próximo ano. Estão previstos R\$ 958,9 bilhões para o período 2011-2014. O projeto seguiu para sanção do presidente da República.

Com as modificações, o governo

pretende beneficiar seis eixos de empreendimentos: Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; Água e Luz para Todos; Transportes; e Energia. Após acordo político entre o governo e a oposição, foi mantida a possibilidade de as bancadas e comissões temáticas do Congresso Nacional apresentarem emendas propondo novas ações ao Orçamento de 2011.

O texto resultante do acordo estabelece que, no caso de inclusão

de ações para 2011 decorrentes de emendas coletivas, estas poderão constar de anexo da Lei Orçamentária, de modo a promover as inclusões no PPA 2008-2011.

As alterações no PPA também contemplam investimentos na Polícia Federal (projeto Pró-Amazônia/Promotec 2); a atualização da abrangência do programa Calha Norte; e a implantação da rede nacional de avaliação da qualidade das águas superficiais.

Serys diz que aceita assumir a relatoria

Serys Shessarenko (PT-MT) afirmou ontem que assumirá a relatoria do Orçamento para 2011. Ela participa em Cancún, no México, da conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas (COP-16). Ideli Salvatti (PT-SC), que havia assumido a relatoria na terça-feira, após a renúncia de Gim Argello (PTB-DF), foi convidada pela presidente eleita, Dilma Rousseff, para assumir o Ministério da Pesca.

– Recebi ontem à noite [quarta-feira] telefonemas dos ministros Paulo Bernardo [Planejamento] e Alexandre Padilha [Relações Institucionais]. Eles me convidaram, sim.

Mas é preciso agora esperar um ato da Comissão Mista de Orçamento. Estarei aí no sábado. Devo aceitar o convite, sim – disse Serys, que foi relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009.

Serys representa o Senado na COP-16 e está confiante na construção de um acordo mundial capaz de conter os danos do aquecimento global no planeta.

O deputado Gilmar Machado (PT-MG), vice-líder do governo, confirmou a substituição de Ideli Salvatti por Serys Shessarenko. Na opinião do parlamentar, o convite a Ideli para assumir o Ministério da Pesca torna inviável sua permanência como relatora de um orçamento que vai ser executado pelo governo que ela integrará.

– Ideli foi indicada ministra ontem [quarta-feira]. Como ela vai agora administrar o Orçamento? Para evitar qualquer problema, estamos fazendo essa mudança a contragosto, mas não tem jeito – disse Gilmar.

Waldemir Borraço/Senado Federal



Senadora está em Cancún, onde participa da COP-16

Para Sarney, Orçamento não vai sofrer atraso

A nova troca de relator do Orçamento da União para 2011 não comprometerá o calendário previsto para a votação do relatório final, afirmou ontem o presidente do Senado, José Sarney.

Em razão da renúncia do relator original, Gim Argello (PTB-DF), Ideli Salvatti (PT-SC) assumiu a função na terça-feira passada. No entanto, como foi convidada pela presidente eleita, Dilma Rousseff, para o Ministério da Pesca, deixará a relatoria para Serys Shessarenko (PT-MT).

– Vamos fazer todo o possível para que o Orçamento seja votado a tempo. Não acredito que haja risco de solução de continuidade. Na ausência do relator, os sub-relatores vão tocando o trabalho – afirmou Sarney, ao lembrar que Serys está em Cancún, no México, onde representa o Senado na conferência da ONU

sobre mudanças climáticas (COP-16). A senadora deve voltar ao Brasil amanhã.

CPP

Na conversa com os jornalistas, o presidente do Senado foi indagado sobre previsão do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) quanto à tramitação do novo Código de Processo Penal (CPP) no Congresso.

Demóstenes prevê que o projeto, já aprovado pelo Senado, levará pelo menos dois anos para passar pela Câmara dos Deputados.

– Esses assuntos da modernização de códigos estavam dormindo esquecidos e nós resolvemos que devíamos dar celeridade. Fizemos um trabalho muito rápido com a criação de comissões que ouvem juristas e realizam audiências públicas para receber contribuições de todos os setores – assinalou Sarney.

Convocados pela CMO, dirigentes de órgãos e de empresas compareceram a audiências da comissão já com a solução para problemas apontados



Vista aérea do rio Poti, em Teresina: obra destinada a controlar enchentes na cidade está entre as que ainda não podem receber dinheiro do Orçamento

Caem para apenas seis as obras com indícios de irregularidades graves

APENAS SEIS OBRAS com indícios de irregularidades graves podem ficar sem dinheiro no Orçamento da União em 2011. De uma lista de 32 empreendimentos federais em situação irregular, feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), seis foram liberadas pelo próprio tribunal após reavaliação; três tiveram contratos ou editais rescindidos; e 17 saíram da relação mediante compromisso dos gestores de adotar os ajustes necessários.

A decisão sobre o novo *status* dessas obras foi tomada ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Os parlamentares aprovaram relatório com as recomendações sobre cada uma delas, elaborado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI).

Devem ficar sem dinheiro da União em 2011 as seguintes obras: revitalização do

Distrito Industrial de Manaus; controle de enchentes no rio Poti, em Teresina; macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Alagoas; barragem do rio Arraias, no Tocantins; implantação da linha 3 do metrô do Rio de Janeiro; e complexo viário do rio Baquirivu-Guaçu, em São Paulo. No jargão técnico, elas vão para o Anexo 6 da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011.

Solução

O presidente da CMO, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), e vários parlamentares afirmaram que a redução das obras com indícios de irregularidades foi possível com o trabalho realizado pelo COI em busca de solução para os problemas, em reuniões técnicas com representantes do TCU e dos órgãos e estatais responsáveis por esses empreendimentos.

Como resultado desses encontros,

dirigentes dos órgãos e empresas compareceram a audiências na CMO já com solução para os problemas: repactuação de preços – a irregularidade comumente apontada foi superfaturamento –, rescisão contratual ou simplesmente o compromisso de efetuar ajustes sugeridos.

Para excluir da lista obras que tinham apenas a promessa dos gestores de fazer ajustes recomendados pelo TCU, a CMO avaliou os prejuízos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da eventual paralisação para o conjunto da sociedade.

Mas o acolhimento desses compromissos, “em caráter excepcional”, como explicou o coordenador do COI, deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), não prejudica a continuidade das ações de fiscalização e de apuração de responsabilidades dos gestores que deram causa a eventuais irregularidades, caso comprovadas.

Com problemas sanados, obras voltam a receber dinheiro

O bloqueio, no Orçamento de 2011, dos recursos destinados a seis obras com indícios de irregularidades graves não é definitivo, mesmo depois de aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Se o Plenário do Congresso mantiver as obras no Anexo 6 da Lei Orçamentária Anual (LOA) – onde ficam as obras bloqueadas –, ainda há a possibilidade de veto presidencial. Em 2010, o presidente Lula vetou o bloqueio a quatro obras da Petrobras.

Mesmo quando os gestores resolvem os problemas depois da aprovação da LOA, as obras podem voltar a ter recursos da União. Providências como essas possibilitaram que a CMO excluísse, ontem, seis obras do Anexo 6 da LOA de 2010. Já a linha 3 do metrô do Rio de Janeiro é reincidente e deve ir para o Anexo 6 por dois anos consecutivos.

Limites

Para saber se uma obra é superfaturada ou não, o TCU recorre à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece limites de custos unitários.

O custo global é obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), mantido pela Caixa Econômica Federal, ou à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro). Os sistemas de custos são feitos por estado, com atualização mensal. Só em condições especiais, justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado, os custos unitários poderão exceder o limite fixado.

O secretário-geral de Controle Externo do TCU, Paulo Roberto Wiechers Martins, explica que, quando o tribunal aponta indícios de sobrepreço, isso significa que o gestor não fez bom e regular uso dos recursos públicos. Ou seja, não seguiu o mercado, nem a lei.



Alvaro diz que governo usa como referência dinheiro liberado, e não andamento das obras

Para Alvaro Dias, governo maquiou dados novamente

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que o governo “maquiou” o último balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da gestão Lula, assim como fez com todos os balanços anteriores. Para isso, foram utilizados dados da execução orçamentária em vez da execução física.

– Uma coisa é a execução orçamentária, o quanto se gastou; outra coisa é a execução física, o que se executou do total da obra prometida. Isso demonstra que o governo sempre foi espetaculoso ao anunciar e mediocre ao executar – afirmou.

Alvaro Dias disse que, apesar da maquiagem, o balanço não conseguiu esconder o fracasso, produzindo resultados “pífios, claudicantes e deploráveis”.

Suplicy afirma que ministros de Dilma têm excepcional qualidade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem os homens e mulheres designados até o momento pela presidente eleita, Dilma Rousseff, para compor seu governo, que se inicia em janeiro de 2011. A futura presidente confirmou, somente na quarta-feira, dez novos nomes. Suplicy disse acreditar que as escolhas da futura presidente têm sido respaldadas pelos 56 milhões de brasileiros que votaram nela.

– Com respeito às observações de diversos senadores, que fizeram uma avaliação crítica da designação dos ministros e ministras até agora escolhidos pela presidente Dilma Rousseff, eu quero, diferentemente deles, anunciar o meu contentamento e admiração pelas pessoas designadas. Todas correspondem a valores de excepcional qualidade – disse Suplicy.



Suplicy refuta as críticas de alguns senadores às escolhas anunciadas pela futura presidente



Nascimento mostrou competência no cargo no governo Lula, acredita César Borges

César Borges elogia Alfredo Nascimento para Transportes

O convite ao senador eleito Alfredo Nascimento (PR-AM) para ocupar o Ministério dos Transportes no governo Dilma Rousseff foi elogiado ontem pelo senador César Borges (PR-BA).

– Não apenas como presidente do PR, senador da República pelo estado do Amazonas, político competente que é, mas também ministro dos Transportes do governo Lula, que recuperou a malha rodoviária do país – disse.

César Borges mencionou os benefícios à Bahia com a melhoria da BR-116 e a previsão de visita do presidente Lula para o início da construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, ligando o estado a Tocantins, onde se integrará à Ferrovia Norte-Sul.

Gilvam Borges agradece atenção de Lula ao Amapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) agradeceu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela atenção dada ao Amapá em seus dois governos. Ele agradeceu especialmente a construção da ponte que liga o estado à Guiana Francesa, que “trará 10 milhões de turistas europeus nos próximos 15 anos”.

– O presidente deu uma oportunidade ímpar ao nosso estado – afirmou.

O senador também citou a contribuição do governo para a integração rodoviária do estado, que em dois anos estará ligado “do Jari ao Oiapoque”, e para a construção do porto de Santana.

Para Gilvam Borges, a capacidade política e de aglutinação de Lula deu ao país “uma grande perspectiva”.

– O Brasil já não é mais uma Bolívia de antigamente – concluiu.



Gilvam Borges afirma que em dois anos o Amapá estará integrado “do Jari ao Oiapoque”



Apresentação de capoeira na semana inclusiva: presença da ONU no evento foi destacada pelo senador Inácio Arruda

6ª Semana de Valorização é encerrada com música e esporte

A 6ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência foi encerrada ontem com a participação dos atletas de basquete e tênis de mesa do Comitê Paralímpico Brasileiro, entre eles o mesa-tenista Iranildo Espíndola, vencedor das edições de 2003, 2005 e 2007 dos Jogos Parapanamericanos.

Integrantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), supervisionados pelos mestres do grupo Gingado de Capoeira, também se apresen-

taram, assim como a banda Toque Especial, formada exclusivamente por portadores de necessidades especiais. No encerramento, participação da banda maranhense de reggae Tribo de Jah, formada por deficientes visuais.

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), a semana "agrega diversos valores, chamando a atenção dos organismos de defesa dos direitos humanos, como é o caso da participação nesta edição da Organização das Nações Unidas".



Senador chama a atenção para o Dia Internacional de Direitos Humanos

Paim homenageia defensores dos direitos humanos

Ao registrar o Dia Internacional de Direitos Humanos, comemorado hoje, o senador Paulo Paim (PT-RS) homenageou, ontem, os defensores da cidadania e dos direitos humanos, que dedicam suas vidas a apoiar a luta dos discriminados e excluídos.

– Eles estão em todas as partes do mundo. Em tempo de paz ou de guerra, em Estados democráticos ou não, em países ricos, em desenvolvimento ou pobres. Eles procuram proteger os direitos humanos nos mais variados contextos. São indivíduos, grupos, associações, políticos, líderes mundiais ou anônimos.

Paim leu o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e citou trecho da música *We are the world* ("Nós somos o mundo"), do cantor Michael Jackson, criada para ajudar a combater as doenças e a fome na África.

Paim comentou ainda dois livros que tratam do Estatuto da Igualdade Racial. Um é uma coletânea que inclui colaboração do próprio Paim; o outro foi organizado e comentado pelo promotor Élcio D'Angelo.

Desembargador sugere comissão para Estatuto da Pessoa com Deficiência

Em debate organizado pelo Senado para discutir a convenção da ONU sobre o assunto, membro do TRT do Paraná diz que é preciso reunir juristas para elaborar uma proposta mais efetiva que ajude na inclusão dos deficientes

A FORMAÇÃO DE uma comissão de juristas para elaborar um anteprojeto de Estatuto da Pessoa com Deficiência foi sugerida ontem pelo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR) Ricardo da Fonseca, durante o 6º Fórum Senado Debate Brasil, no Auditório Petrônio Portella. O encontro tem como tema a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Na avaliação do desembargador, o estatuto é necessário até para que os juízes possam conhecer a legislação que se refere às pessoas com deficiência. Grande parte dos magistrados, segundo disse, não conhece as leis sobre o assunto e nem a convenção da ONU.

Aprovado pelas Nações Unidas em 2006, o documento foi ratificado pelo Brasil em 2008. Como se trata de um acordo internacional na área de Direitos Humanos, o documento tem status de emenda constitucional

e só pode ser modificado por outra emenda à Constituição. O desembargador considera que o projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) instituindo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, já aprovado pelo Senado e em exame pela Câmara dos Deputados (PLS 6/03, no Senado, e PL 7.699/06, na Câmara), carece de regras de codificação, o que, segundo ele, necessita do trabalho de pessoas com experiência na área.

Dados do Ministério do Trabalho indicam, segundo o palestrante, que 348 mil pessoas com deficiência estão empregadas no país, número que, em sua avaliação, poderia chegar a cerca de 800 mil nas empresas e outras tantas na administração pública, caso houvesse maior incentivo à inclusão.

O desembargador disse que o maior problema para contratação é o nível educacional desse segmento – uma média de dois anos e oito meses, segundo o Censo de 2000.

O maior problema para contratação é o nível educacional desse segmento – uma média de dois anos e oito meses, segundo o Censo de 2000.

Dados do Ministério do Trabalho indicam, segundo o palestrante, que 348 mil pessoas com deficiência estão empregadas no país, número que, em sua avaliação, poderia chegar a cerca de 800 mil nas empresas e outras tantas na administração pública, caso houvesse maior incentivo à inclusão.



Desembargador Ricardo Fonseca (D): falta de formação é principal entrave ao ingresso no mercado de trabalho

Ministro do TSE acha que é preciso divulgar mais a convenção

A preocupação com o modelo institucional de monitoramento da implantação dos dispositivos da convenção da ONU e de integração de políticas públicas na área da pessoa com deficiência também foi manifestada pelo ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Joelson Dias.

Em sua avaliação, o governo avançou ao criar a Secretaria

Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência para cuidar da implantação de medidas para essas pessoas. Mas questionou se esse órgão deveria ser também o responsável pela função de integração das políticas públicas.

O ministro afirmou ser necessário que as pessoas com deficiência conheçam o conteúdo da

convenção, para que possam reivindicar das autoridades o cumprimento das medidas. Ele também recomendou que, em todas as reivindicações de causas na Justiça, se faça referência à convenção.

Representante do ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos, José Rafael Miranda disse que a secretaria

foi criada pelo governo para implementar a convenção da ONU. Ele afirmou ainda que foi instituída, em 2007, a agenda social do governo federal para a cidadania das pessoas com deficiência. Informou que têm sido realizadas também campanhas nos meios de comunicação para incentivar a acessibilidade e o respeito a essas pessoas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Jefferson Praia • Mozarildo Cavalcanti • Adelmir Santana • Acir Gurgacz • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Marinha envia nove homens ao Líbano

O Senado aprovou ontem a participação do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 682/10 autoriza o envio de um oficial general, quatro oficiais superiores e quatro praças, todos da Marinha, para se integrarem à força.

As Nações Unidas (ONU) têm atuado na redução dos conflitos entre Líbano e Israel desde 1978. A Unifil, força de interposição entre o Líbano e Israel, tem entre suas missões conceder assistência humanitária à população civil ao longo da fronteira em disputa. Conta com forças militares de diversos países.

A participação do Brasil na missão de paz da ONU no Haiti fez com que o país fosse procurado para eventualmente contribuir com pessoal e equipamentos para a Unifil.

“Ao ajudar a preservar um clima de paz no sul do Líbano, condição necessária para favorecer a retomada do diálogo entre os principais atores, a participação na Unifil ampliaria a ação internacional do país na manutenção da paz e da segurança internacionais e contribuiria para diversificar a experiência das Forças Armadas brasileiras no exterior” – argumenta o governo, no projeto.

A matéria tramita em regime de urgência. O relator do projeto, senador Pedro Simon (PMDB-RS), elogiou a iniciativa.

– Com muita simpatia vejo o Brasil estender a mão para colaborar, com as suas forças, com o que for possível, para a pacificação daquela região – disse Simon, que é descendente de imigrantes libaneses que chegaram a Caxias do Sul (RS), em 1922.

Sérgio Eduardo Moreira Lima é o escolhido pelo presidente Lula para o posto em Budapeste, enquanto José Marcos Nogueira assumirá a representação brasileira no país caribenho. As duas indicações ainda serão votadas pelo Plenário

Indicações para embaixadas na Hungria e na Dominica são aprovadas pela CRE

AS INDICAÇÕES DOS nomes dos diplomatas José Marcos Nogueira Viana para embaixador na Dominica e Sérgio Eduardo Moreira Lima para o posto na Hungria foram aprovadas ontem, por unanimidade, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e seguem para votação em Plenário. O relator das indicações foi o senador Adelmir Santana (DEM-DF).

Moreira Lima observou que uma das maiores oportunidades nas relações entre Brasil e Hungria está na cooperação científica e tecnológica. Ele observou que aquele país se destaca pelo grande número de engenheiros, mão de obra carente no Brasil, “principalmente para enfrentar os desafios do pré-sal”.

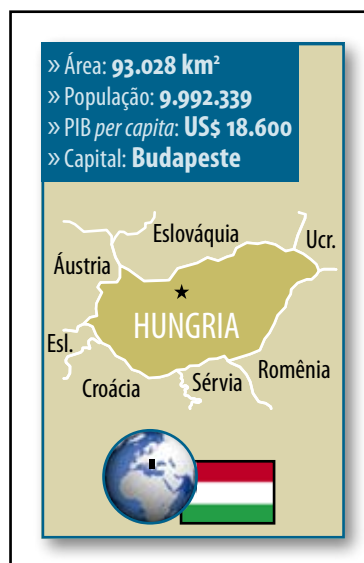
Sérgio Eduardo Moreira Lima é graduado em Direito e ingressou na carreira diplomática em 1971. Entre os cargos ocupados, estão o de segundo e primeiro secretários da embaixada em Washington (EUA), em 1979; primeiro secretário e encarregado de negócios da embaixada em Lisboa (Portugal), em 1983; chefe da Divisão de Privilégios e Imunidades do Cerimonial, em 1987; conselheiro de missão junto às Nações Unidas, em Nova York, em 1989; chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base, em 1992; e embaixador em Israel, em 2003 e na Noruega, em 2007.

País da Europa Central, a Hungria integra a União Europeia



Embaixador Moreira Lima cumprimenta senador Flexa Ribeiro (C), à frente de Eduardo Azeredo, presidente da comissão

desde 2004. A balança comercial é amplamente favorável aos húngaros, apesar do crescimento de 100% das exportações brasileiras de janeiro a outubro de 2010, chegando a US\$ 14,7 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil são pasta química de madeira, couros e peles bovinas e peças de motores para automóveis movidos a diesel. Em contrapartida, o Brasil comprou US\$ 188,7 milhões, principalmente discos magnéticos, papel e peças para caixas de câmbio de veículos automotores.



Fonte: CIA World Factbook

Aumento das exportações para a nação caribenha

Indicado para a Dominica, José Marcos Nogueira Viana lembrou que ainda não existe embaixada brasileira no país e, por isso, terá muito a fazer. Ele disse que vai tentar convencer os governantes da nação caribenha a abrir licitação internacional para a construção de um aeroporto, a fim de facilitar o comércio não só com o Brasil, mas com outros países.

– Eu me proponho a aumentar as exportações brasileiras para a Dominica em cerca de 10% .

O principal item de exportação da Dominica é a banana, mas o país comercializa coco e óleo de coco, e ainda frutos cítricos. A indústria baseia-se no processamento de alimentos e produção de sabonetes e outros produtos derivados do coco.

O comércio bilateral é pequeno, mas chegou a US\$ 2,9 milhões em 2008, com superávit quase totalmente para o Brasil, que exporta para aquele país sobretudo carne e outros produtos comestíveis, madeira, carvão vegetal, obras de madeira e produtos cerâmicos.

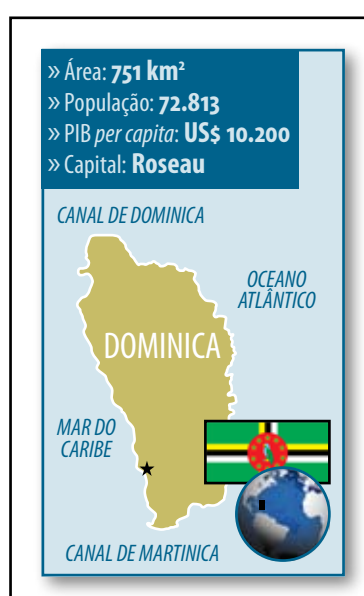
O diplomata é formado em Jornalismo e ingressou na car-



Nogueira Viana lembra que ainda não existe embaixada brasileira na Dominica

reira em 1986. Entre os cargos que já ocupou, destacam-se o de assessor especial da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, em 2002; conselheiro e ministro-conselheiro na embaixada brasileira em La Paz (Bolívia), em 2006; e côsul-geral-adjunto em Boston (EUA), em 2008, onde concluiu o curso Mastering Negotiations Certificate, pela Universidade de Harvard.

A mensagem foi relatada por



Fonte: CIA World Factbook

Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Apesar de votar favoravelmente à indicação, o senador criticou o fato de o Brasil estar abrindo novas embaixadas em vários países, principalmente em alguns em que a presença brasileira ainda é considerada pequena.

Já Cristovam Buarque elogiou a iniciativa do governo de criar novas embaixadas, procurando, segundo ressaltou, aumentar o relacionamento e o comércio brasileiro com outras nações.

Aprovado Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia

A criação do Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia, um serviço de cooperação com a finalidade de incentivar as relações entre os legislativos dos dois países, foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e segue agora para análise do Plenário.

Sugerido pelo presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o projeto de resolução (PRS 61/10) prevê que o grupo parlamentar seja integrado por membros do Congresso Nacional, em livre adesão. As decisões serão tomadas com base em regulamento interno ou, na falta deste, por maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Segundo Azeredo, o grupo parlamentar permitirá maior interação entre membros dos legislativos do Brasil e da Sérvia. Ele lembra que a Sérvia, apesar de ainda não ter superado dilemas étnicos e culturais internos, vem se projetando cada vez mais como democracia consolidada e com crescente inserção internacional, principalmente após sua adesão à União Europeia.

Para ele, a aproximação entre os dois países é, portanto, oportuna e conveniente aos interesses da política externa brasileira, sendo a Sérvia importante aliada no sudeste europeu.

– A maior presença brasileira em Belgrado poderá ser facilitada pelos bons ofícios do Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia, que poderá ser proativo para o fortalecimento dos laços políticos, econômicos e culturais do Brasil com aquele importante país – afirmou Azeredo em defesa do projeto.

Ao apresentar parecer em favor da aprovação da proposta, o relator, senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), afirmou que é “salutar e natural a crescente atuação de grupos parlamentares transnacionais na prática parlamentar brasileira”.

– A interação entre legisladores de diferentes nações promove o entendimento entre os povos e facilita soluções comuns para problemas que afetam o conjunto dos países – assinalou Roberto Cavalcanti, em seu parecer.

Acir Gurgacz pede votação do Código Florestal

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a votação rápida do novo Código Florestal na Câmara e no Senado. O texto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que tramita na Câmara, avança em questões fundamentais e tem o mérito de conciliar conservação ambiental e desenvolvimento, disse.

– Não é mais possível adiar a votação de uma questão que já está madura, que foi amplamente discutida com a sociedade – disse.

Gurgacz avaliou ainda que a proteção ambiental e a produção de alimentos são funções essenciais para a sobrevivência do homem e “precisam caminhar juntas e não em conflito, como assim preferem as entidades ligadas ao ambientalismo internacional”.

– Todos estão perdendo com essa disputa irracional entre radicais e falsos ambientalistas e os ruralistas – afirmou o senador.



Para Gurgacz, disputa entre ruralistas e ambientalistas é ruim para todos

Senador critica falta de estrutura para produção

Jayme Campos (DEM-MT) criticou ontem a falta de uma visão estratégica e de investimentos em infraestrutura para um adequado desenvolvimento da agricultura brasileira.

Comentando reportagem de segunda-feira do *Jornal da Globo*, mostrando as diferentes realidades para os plantadores de soja nos EUA e em Mato Grosso, Jayme Campos chamou a atenção para a perda de lucratividade no Brasil devido à deficiência de logística e armazenagem.

– Se aqui o grão atinge uma produtividade espetacular, em média 11 por cento superior ao conseguido nas plantações norte-americanas, lá a lucratividade é que pesa a favor deles – disse.

Um dos grandes diferenciais em favor da produção norte-americana, segundo Jayme Campos, é a existência de transporte aquaviário nos EUA. Isso permite que a soja produzida, mesmo estando no Meio-Oeste, percorra, no máximo, 50 quilômetros de caminho até chegar aos elevadores das barcas que a escoam por via fluvial até os portos do Atlântico.

Em discurso sobre a data, comemorada ontem, senador diz que ações devem ter início na família e na escola e lamenta nível de desvios ocorridos em Roraima nas eleições

Mozarildo lembra dia mundial contra corrupção

AO LEMBRAR A passagem, ontem, do Dia Internacional de Combate à Corrupção, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou que Roraima, com o menor contingente eleitoral do país, tenha apresentado o maior nível de corrupção no pleito de outubro. Ele fez um apelo às autoridades por um combate mais efetivo à corrupção em seu estado.

– Estou pedindo à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público estadual que redobrem ações de inteligência e combate à corrupção.

Mozarildo informou que, de acordo com notícia publicada ontem pelo jornal *Folha de Boa Vista*, o MP estadual se pronunciou a favor da cassação do registro do atual governador, José de Anchieta Júnior (PSDB) – reeleito em outubro –, com base em denúncia de que ele teria utilizado emissora de TV governamental para propaganda política durante a campanha.



Mozarildo: “Estado apresentou o maior índice de corrupção no pleito de outubro”

O senador afirmou que as ações contra a corrupção precisam se iniciar na família e na escola, devendo a criança ser desencorajada quando comete um pequeno ato ilícito, como se apossar de objeto que não é seu. Frisou que os pais devem acompanhar a conduta da criança e orientá-la.

Ele recordou pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, em 2009, em que 75% dos entrevistados responderam que não se

faz política sem algum grau de corrupção.

Mozarildo citou trechos de um discurso feito pelo senador Rui Barbosa, em 1914, sobre a corrupção à época: “...de tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.”

Collor celebra 20 anos do Regime Jurídico Único

Fernando Collor (PTB-AL) lembrou ontem que a Lei 8.112/90 completa 20 anos amanhã. Promulgada quando ele era presidente da República, essa norma instituiu um regime jurídico para os servidores públicos civis da União, das autarquias federais e das fundações públicas federais.

O senador reiterou a importância dessa lei para a gestão pública, mas criticou as alterações posteriores, “que suprimiram direitos dos servidores”. Ele defendeu a revisão do Regime Jurídico Único (RJU) – como a lei é conhecida –, sugerindo a criação de uma comissão especial de estudos na qual Executivo, Legislativo e Judiciário estejam representados.

Collor recordou que o RJU surgiu na redemocratização do país



Collor se disse orgulhoso de ter sido o presidente a sancionar a lei

e que tinha como objetivo unificar as normas legais existentes para a categoria “dos então chamados funcionários públicos”. Ele também disse que a lei representou “uma iniciativa para atender à necessária moderni-

zação dos serviços públicos, a começar pela valorização de seu quadro de pessoal, numa época em que se inauguravam novos rumos e conceitos de gestão representados pela chamada administração gerencial”.

– Mas essa lei sofreu inúmeras mutilações, na maioria das vezes retirando direitos dos servidores – protestou ele, citando “o caso das regras da aposentadoria, da incorporação de quintos ou anuênios e da licença-prêmio por assiduidade”.

Além de defender o “resgate desses direitos” (segundo ele, mais de 200 dispositivos foram alterados ou suprimidos), Collor propôs que o novo governo promova a revisão e a atualização da lei, criando, a partir de janeiro, a comissão especial de estudos.

Azeredo faz balanço de seus oito anos no Senado

Eleito deputado federal em outubro, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) fez ontem um balanço de sua atuação no Senado, nos últimos oito anos, e agradeceu o apoio e companheirismo de seus pares, recebendo elogios dos colegas presentes em Plenário.

Azeredo destacou sua participação no grupo de senadores que criou, em 2004, a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Mencionou também sua participação na Frente Parlamentar da Saúde, desde o início de seu mandato de senador, e lembrou que, em todas as comissões do Senado, contribuiu para o debate e a análise de temas como educação, cultura, segurança pública, meio ambiente, trabalho e emprego e previdência social.

Azeredo assinalou também os discursos que fez em prol de mais recursos para a infraestrutura nacional, principalmente logística de transportes e manutenção de rodovias.

Mão Santa enumera suas frustrações no mandato

Mão Santa (PSC-PI), que encerra o mandato em 31 de janeiro, enumerou ontem suas frustrações como parlamentar, em especial nas áreas de segurança pública, saúde e educação. Ele afirmou que a saúde é boa pra quem tem dinheiro; lamentou que na área da educação os professores ainda não estejam recebendo seu piso salarial unificado; e disse que a violência “dominou todo o país”.

– É uma barbárie. Eu não acredito em segurança quando um policial ganha mil reais – desabafou o senador.

Mão Santa frisou que as instituições devem ter em mente que “o poder é o povo”.

– O povo é que paga esta estrutura, o povo é que trabalha, o povo é que é soberano e o povo é que decide – afirmou.



Mão Santa

Nery denuncia trabalho escravo no sul do Pará

O senador José Nery (PSOL-PA) denunciou ontem dois casos de trabalho escravo em fazendas no sul do Pará, nos municípios de Itupiranga e Brejo Grande do Araguaia.

De acordo com Nery, as duas propriedades rurais mantinham 35 trabalhadores em condições análogas à escravidão, dispondo alguns deles apenas de uma mangueira como abrigo.

Os empregados na fazenda de Itupiranga, segundo ele, foram contratados, numa jornada diária de 8 horas, para fazer o desmatamento de área destinada à criação de gado. Eles não possuíam, informou, qualquer tipo de equipamento de proteção individual.

Na outra propriedade, no município de Brejo Grande do Araguaia, três trabalhadores foram encontrados morando num barraco de palha sem quaisquer equipamentos sanitários.



Trabalhadores sequer tinham onde dormir, segundo o senador Nery

Senado pode ter delegação em fórum no Senegal

Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu à Mesa do Senado que a Casa envie um grupo de senadores para participar do Fórum Social Mundial de 2011, a ser realizado em Dacar, no Senegal. O senador lembrou que o Brasil já sediou várias edições do evento.

– Recebemos o mundo inteiro seguidas vezes para debater as situações críticas em que a economia e as questões sociais são tratadas pelos principais dirigentes mundiais. É a área social, é o movimento social interagindo, se unindo, e o parlamento brasileiro, o Senado, não pode ficar ausente de um debate tão largo como o realizado no fórum social mundial – afirmou Inácio Arruda.

O senador também pediu ao Ministério da Educação mais apoio aos africanos que estudam no Brasil.

Inácio Arruda disse que 1.500 africanos estudam na Universidade Estadual do Ceará e em várias escolas privadas de ensino superior na capital, Fortaleza.

Segundo o parlamentar, a maioria desses imigrantes vêm de famílias pobres e precisam de apoio do governo.